

DIREITO CANÔNICO

Graduação = Bacharelado

Pós-Graduação = Mestrado

Início do curso: 01 de março de 1999

Local: Av. Nazaré, 993 - Ipiranga

Horário: 8h às 11h20



PONTIFÍCIA FACULDADE DE TEOLOGIA NOSSA SENHORA DA ASSUNÇÃO
Av. Nazaré, 993 - Tel.: (011) 274-8600 Fax: (011) 272-7630
<http://www.teologia-assuncao.br>
E-mail: teologia@teologia-assuncao.br

APARECIDA: NOSSA RAINHA, SENHORA E MÃE, SARAVÁ!

*Análise do artigo de Rubem César Fernandes
Museu Nacional e Instituto de Estudos de Religião – ISER
Extraído de Cleto CALIMAN (ord.), Teologia e Devoção Mariana no
Brasil. São Paulo: Paulinas/INP, S1989, 13-41*

Pe. Gilberto Kasper

INTRODUÇÃO

O autor faz uma análise crítica, em seu artigo, a respeito dos títulos que Nossa Senhora da Conceição recebeu pelo povo brasileiro desde 1717, quando sua imagem foi encontrada por três pescadores no Rio Paraíba. Muito além de Ter simplesmente sido encontrada, foi considerada como **Aparecida** aos simples homens que exerciam, com humildade, o serviço tantas vezes atribuído nos Evangelhos, aos discípulos de Cristo. Encontrar uma imagem de Nossa Senhora, mesmo danificada, partida cujo corpo se encontrava separado da cabeça, num leito de rio, poderia significar a simplicidade do trio pescador, um verdadeiro “milagre”, um sinal, pelo menos, da presença querida e materna daquela que era conhecida como a Mãe do Senhor.

O primeiro título analisado, portanto, por Rubem César Fernandes, é o de **Aparecida**. Resgata, depois, a história e algumas razões que teriam

atribuído à pequena e frágil imagem de Nossa Senhora da Conceição **Aparecida**, o título de **Padroeira e Rainha do Brasil**. **Nossa Senhora e Mãe** são outros títulos que o autor analisa cuidadosamente, remontando à sintonia do povo brasileiro, sua devoção, confiança e carinho filiais à Mãe de Deus. Crítica, também, à luz do sincretismo os títulos de **Oxum** e **Iemanjá** que Nossa Senhora da Conceição recebe dos fiéis, que além do catolicismo, lhe atribuem, principalmente na umbanda.

O autor conclui sua crítica, tentando mostrar a reta intencionalidade do povo brasileiro, que não tem maldade nenhuma em identificar a Mãe de Deus e nossa, com figuras de outras credências, afastando a hipótese de “ignorância”, o fato de as pessoas pertencerem às três faces e lingua-gens dos santos, embora concorde com a dificuldade de “produzir uma imagem coerente da cultura brasileira”.

APARECIDA

Nossa Senhora da Conceição Aparecida foi proclamada Rainha e Padroeira do Brasil no dia 31 de maio de 1930, no Rio de Janeiro, pelo Cardeal Leme, depois de ter sido assim declarada pelo Papa Pio XI. Comparada, por exemplo com a Mãe, Senhora e Rainha de Czestochowa, parecia uma ironia, já que Aparecida foi encontrada “quebrada”, a cabeça separada do corpo” (p.13) numa fragilidade física totalmente controversa à imagens padroeiras de outras nações, como é o caso da Polônia.

Rubem César recorda a visita do Papa João Paulo II ao Brasil em 1980, que durante sua peregrinação pelo país visitou o Santuário Nacional em Aparecida do Norte. Houve um desejo dos Missionários Redentoristas, de que o Santo Padre consagrasse o “fabuloso templo, construindo com as ofertas dos peregrinos no decorrer das últimas décadas” (p. 14). Havia uma expectativa megalomaniaca de romeiros para aquela solene ocasião. E o governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf, colaborou para a construção do imenso estacionamento com capacidade para três mil ônibus. Seguramente eram esperados milhões de peregrinos.

Mas, certamente, a iniciativa foi frustrante. “Apenas umas trezentas mil pessoas apareceram, número costu-

meiro para um bom Domingo” (p. 15). O autor elenca dois aspectos que ele chama “cruciais”, mostrando as expectativas como infundadas:

1. “vida de regra, os romeiros não se põem em movimento espontaneamente em resposta a apelos feitos pelos guardiões do Santuário. Eles costumam viajar em grupos, em excursões que estão ritualmente inscritas no calendário devocional de seus locais de origem. Há peregrinos viajando todo fim de semana, mas os grandes números convergem para Aparecida nos meses de maio, outubro e inícios de dezembro. O papa veio em julho”.

2. “Ao que tudo indica, a maioria dos romeiros não foi impressionada pelo simbolismo de receber o papa em aparecida. Preferiram fazê-lo em suas cidades de origem – cariocas no Rio, paulistas em São Paulo, mineiros em Belo Horizonte, e assim por diante” (p. 15).

Um outro aspecto aludido é que “a maioria dos romeiros não parece se comover com o fato de pisarem ‘a capital religiosa do Brasil’. Sabem que é assim, mas não é isto que os põe em movimento” (p. 15-16).

Há, ainda um outro, que o autor chama de “primeiro e evidente aspecto a considerar. Apesar dos títulos, Aparecida é efetivamente reconhecida como devoção principal apenas no

centro-sul do país. Desde o princípio, no século XVIII, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (um triângulo aliás importante também para a política nacional) foram o círculo básico da influência de Aparecida. Devotos baianos voltam-se em primeiro lugar para Bom Jesus da Lapa, Nossa Senhora da Conceição da Praia ou o Senhor do Bonfim. A imagem contravertida do Pe. Cícero ainda domina o Nordeste. Nossa Senhora de Nazaré, em Belém do Pará, centraliza as atenções do Norte” (p.16).

Penso que tentou-se atrair multidões para dois eventos de semelhante importância: a primeira vez que um Papa visitava o considerado maior país católico do mundo. É evidente que cada região, cada estado quis receber o Santo Padre em sua própria “casa”, não tendo, assim, condições de se deslocar à Aparecida do Norte; a consagração do Santuário, sendo também a oportunidade máxima para conquistar a sensibilidade de capital religiosa do Brasil, deveria ou acontecer em outra oportunidade, ou consolar os organizadores com os fiéis que se concentraram à solenidade na ocasião. Não concordo com Rubem César, de que o Papa tenha ido embora com a impressão de que nosso país é fraco no centro, depois de ter estado com multidões pelos estados que visitou. Nosso povo é pobre, e milhões de brasileiros investiram suas

miseras economias para descolarem-se e passarem horas imensas a espera de avistar, às vezes, há quilômetros de distância, uma figura branca, que exalava paz, trazia esperança e novas perspectivas de vida justa, o Santo Padre.

RAINHA

O autor insiste em afirmar o “paradoxo de um ‘centro’ fraco’ em um regime autoritário” (p. 16). Afirma um “abismo entre as crenças oficiais e populares” (p. 17). Primeiro lembra “a localização de Aparecida”, dizendo-a “bem ajustada aos papéis a que foi chamada a desempenhar” (p. 17). Por estar situada “no cruzamento entre São Paulo e Rio de Janeiro, em um eixo, e o litoral e Minas Gerais num segundo eixo” (p. 17). Lembra do “tráfego expressivo ao longo de toda a história – pelo ouro no século XVIII, pela cana-de-açúcar mais tarde, pelo café nos séculos XIX e XX, pela política desde a independência” (p. 17).

Mostra que após “a decadência eclesiástica sob a monarquia, e reagindo à ideologia positivista da república, o episcopado decidiu investir nas peregrinações populares já existentes, e Aparecida foi destacada para receber atenção especial dentre os demais santuários do país. Uma instrução

coletiva do episcopado brasileiro, de 6 de janeiro de 1900, oficializou a política da promoção de romarias:

‘São de singular efeito como homenagem a nosso Senhor Jesus Cristo as romarias, quando movidas e executadas com verdadeiro espírito de fé. Desejamos que o clero as promova e dirija aos principais santuários do Brasil...’.

Em seguida a este pronunciamento, os bispos de São Paulo e do Rio de Janeiro organizaram as primeiras romarias episcopais no país. A primeira notícia de uma romaria a Aparecida, organizada oficialmente pela Igreja, é de 1873. Foi dirigida pelo padre de Guaratinguetá, a cuja jurisdição pertencia o Santuário. Nesta data, romarias independentes visitavam Aparecida há mais de meio século” (p. 17).

São Paulo realizava sua romaria nos dias 7 ou 8 de setembro, celebrando a natividade de Nossa Senhora no dia 8 e recordando a independência do Brasil no dia 7. Já o Rio de Janeiro organizava suas romarias no dia 8 de dezembro, data que lembra a Imaculada Conceição de Maria. Nossa Senhora da Conceição era desde 1646, considerada a Padroeira de Portugal e Domínios Ultramarinos, por decreto de Dom João IV. “Ela foi confirmada como Padroeira do Império brasileiro por Dom Pedro I” (p. 18).

Por detrás das romarias, percebia-se conotação política, conforme afirma o historiador oficial do Santuário de Aparecida, Fr. Júlio J. Brustolini, CSSR: “... esses movimentos de massa foram propostos também para despertar no povo sua consciência de nação católica, diante dos princípios anti-religiosos que orientavam a República” (p. 18).

“No mesmo espírito, Aparecida foi coroada em 8 de setembro de 1904, diante de todo o episcopado e de uma multidão estimada como a maior concentração religiosa do povo acontecida no Brasil, após a proclamação da república” (p. 18-19). “Algumas pequeninas coroas (a imagem tem apenas 36 cm de altura) haviam sido oferecidas como ex-votos no século anterior. A mais apropriada, que aliás foi escolhida, era feita de ouro ricamente adornada com diamantes, uma oferta da princesa Isabel durante a sua visita ao Santuário em 8 de dezembro de 1868” (p. 19).

Um outro dado importante, lembrado pelo autor, é que “quando o Papa chegou, em 1980, o governo finalmente declarou feriado nacional o dia de Nossa Senhora Aparecida – e este dia seria... 12 de outubro, graças a uma resolução da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que afastando-a da festa da independência, aproximava-a, mas remotamente à festa da ‘descoberta’ das Américas” (p. 19).

O autor lembra que a proclamação de Aparecida foi de significativa importância para as relações entre a Igreja e o Estado, já que a figura de Nossa Senhora deu à Igreja um número significativo de fiéis, enquanto a Igreja lhe dava de volta “as maiores honrarias” (p. 20). A falha nesse processo de raciocínio, era de que “povo e clero, no Brasil, nunca rezaram exatamente para a mesma imagem” (p. 20).

Rubem César elenca a história do século XIX com suas dificuldades extremas entre Igreja e Estado, resultando na “entrada maciça de missionários europeus” (p. 21) que inauguravam o “período de ‘romanização’” e “confrontos devocionais entre missionários com mentalidade tridentina e os romeiros portadores dos costumes nativos” (p. 21).

Porque os missionários se defrontavam com tradições que os constrangia, discorriam em seus discursos expressões como “profano”, “pagão”, “supersticioso” e “abuso” (cf. p. 21). E sem pensar que “aquelas eram as crenças e práticas que haviam mantido os santuários vivos durante quase um século de distanciamento clerical; e aqueles eram os romeiros que formavam as massas tão apreciadas pelo clero. Introduzir a disciplina litúrgica e educar os romeiros na verdadeira doutrina católica tornaram-se os principais deveres dos missionários.

Aparecida foi entregue a padres redentoristas alemães chegados em 1894. Em 1898, Fr. Joseph Wendel registrou um total de trinta mil confissões, quatorze mil das quais realizadas no interior do Santuário” (p. 22). Porque 90% daquelas pessoas “nunca haviam confessado, ou apenas uma única vez em toda a sua vida” (p. 22) o Superior da Missão, Fr. Gebardo Wiggermann, escreveu a seguinte instrução:

“... devemos pregar em estilo simples, catequético. O pregador deve ser ouvido e entendido. Não xingar nas pregações, o povo não suporta. No atendimento das confissões sejam benignos tanto no sistema como no modo de julgar os penitentes, estamos num país, no qual a pastoral foi quase nula, isto é, sem instrução, admoestações e bom exemplo dos curas” (p. 22).

Rubem César detecta uma ambigüidade da situação: os padres do Santuário representavam a ‘verdadeira nação’ diante das autoridades estatais e diante dos romeiros eram missionários estrangeiros.

Só “em 1955, a CNBB reconheceu o fracasso” da data de Nossa Senhora Aparecida, mudando-a para 12 de outubro que vinga até hoje.

Conclui-se de que o povo brasileiro até nossos dias não consegue reconhecer na Padroeira, a Rainha que lhe quiseram imprimir. Para o povo, principalmente simples, Nossa Senhora

ra da Conceição Aparecida não é uma Rainha, porque não se distancia de seu povo, mas faz-se presente desde a lavadeira de roupa à mulher mais requintada da elite do país.

SENHORA

Rubem César reconhece que “a Senhora é muito apreciada no Brasil” (p. 24). E que “‘Senhora’ não é tão política quanto a ‘Rainha’”, embora veicule também certo sentido de “soberania” (p. 25). Em seguida elabora uma análise do tipo de romeiro, que motivações tem para a peregrinação, o dualismo entre o sagrado e o puritano, o círculo imaginário traçado pelo movimento dos romeiros, a distinção epacial entre o santuário e o habitat do peregrino, chegando à possibilidade de “uma transubstanciação às avessas, onde o profano vira sagrado”.

Lembra ainda o autor, que “apesar da ausência das autoridades eclesiásticas no século XIX, os romeiros não deixaram de freqüentar Aparecida, e continuaram a fazê-lo após a recuperação clerical nos anos 1890s, sem que mudanças radicais ocorressem em sua rotina. Hoje ainda, a maioria dos romeiros viaja em grupos autônomos, cuja organização nada tem a ver com as paróquias locais” (p. 27). Em minha paróquia mesmo, Senhor Bom Jesus do Bonfim, em Ribeirão Preto,

no dia 25 de setembro passado foi organizada uma romaria com 480 romeiros, sem que eu fosse oficialmente informado do evento. Há muitos anos, sem ligação propriamente com a paróquia e a pastoral da comunidade, acontece tal romaria. Num espírito de fé popular, de devoção à Senhora Aparecida, sem nenhum espírito de comunhão eclesial.

As iniciativas de romarias clericais ou simplesmente turísticas, levam consigo uma mesma intenção que nos dias de hoje não trazem em si nenhuma dificuldade entre romeiros e missionários. Ambos se entendem e buscam preencher os anseios mutuamente, porque, como afirma o Fr. Valentim von Riedl, “...Nossa Senhora tem domínio, enquanto Senhora, sobre toda esta região” (p.28):

MÃE

A Mãe é reconhecida como a mediadora dos filhos, aquela que socorre, embora o “catolicismo popular” muitas vezes ignore o mistério de Cristo. Nem sempre o povo não tem muita noção da hierarquia divina, tratando o próprio Deus de Santo Deus ou celebrando a festa do Espírito Santo, com as características de uma “Festa de Santo”. Rubem César lembra que “a idéia é forte e consciente demais para ser tratada como uma questão de ‘ignorância’. Ela é o foco

de uma **dupla significação** que está profundamente enraizada no catolicismo brasileiro” (p. 29-30).

O autor explica a dupla significação expressas no ritual das romarias:

1. “Dependência – os romeiros cultuam os santos em troca de proteção, e cada crise de vida pode ser motivo de uma **promessa** pela qual o fiel se compromete como um devoto leal do santo” (p. 30).

2. “Vínculo territorial – os romeiros trazem toda sorte de objetos e assuntos para serem abençoados aos pés do santo, elevando assim relações profanas à condição de vínculos sagrados. Os sinais deste processo são depositados na ‘Sala dos Milagres’, parte constitutiva de todo santuário” (p. 31).

Rubem César afirma ser “chocante em sua aparência a sala de Milagres”, mesmo porque nela são depositadas as misérias dos devotos, transformadas, segundo sua compreensão em graças alcançadas. É neste “espírito que os devotos evocam uma multidão de santos para proteger suas vidas” (p. 31).

“Os romeiros e os padres complementam-se mutuamente em torno do Santuário, assim como a diversidade e a unidade devem ser complementares para que formem um mundo” (p. 32) embora o “espírito de obediência é acompanhado (muitas vezes) de uma disposição rebelde” (p. 32).

3. “Inclusão – promessas, romarias e santos são múltiplos, com efeito, mas não compõem uma coleção caótica. Os grupos rituais podem ser independentes e competir entre si, mas relacionam-se de uma forma que é característica do catolicismo. São, em princípio, **complementares**... Nossa Senhora tem proeminência sobre os demais santos, assim como a mãe sobre todos os seus filhos” (p. 33).

A grande diferença fundamental entre a representação eclesiástica e a devoção popular, é que para a Igreja Cristo como mediador, está acima de Maria, pois Ele é filho de Deus e é através de Cristo que a Igreja obtém uma mãe carinhosa. Para a devoção popular “Deus o Pai é uma figura distante; Cristo o Filho é sobretudo uma figura de criança nos braços maternos, Maria a Mãe destaca-se solitária, em sua maternidade, sobre a família dos santos” (p. 34).

OXUM E IEMANJÁ

“Aparecida é Conceição e Conceição e Mamãe Oxum, deusa das águas doces. Pode ser também Iemanjá, a Senhora do Mar. No Rio de Janeiro, o povo da umbanda identifica Nossa Senhora de Aparecida com Oxum. Na Bahia, Nossa Senhora Conceição da Praia, Padroeira do estado, é identificada a Iemanjá. Em São Paulo, os umbandistas descem a

serra, aos milhares, para celebrar Iemanjá em Praia Grande no dia 8 de dezembro... Na própria Aparecida do Norte, o mercado de souvenirs religiosos mostra nas prateleiras as imagens cristãs e os seus equivalentes afro-brasileiros. Oxum, Iemanjá, Oxóssi, Preto Velho, Zé Pilintra, Pomba Gira e tantos outros são oferecidos abertamente, junto aos santos católicos, para satisfazer a cobiça notória dos romeiros pelos objetos sagrados” (p. 34-35).

Rubem César analisa rapidamente o sincretismo brasileiro, que segundo ele, sem grande maldade está impregnado nas intenções de obter mediação, sucesso e encontrar novas perspectivas de vida num mundo pautado sobre injustiça social e desigualdades sociais e econômicas.

“O Brasil é católico mas é também permeado pelas religiões afro-brasileiras. O candomblé e as várias umbandas penetraram não apenas as classes pobres, mas também as classes médias” (p. 36).

Enquanto os protestantes e cren-tes propõem mudança paradigmática e rejeitam os santos, as tradições afro-brasileiras não entram em confronto com o catolicismo. “... o candomblé, o xangô, a umbanda ou a macumba inserem-se de outra maneira no contexto religioso: adotam os santos do panteon católico e convertem o seu significado, atribuindo-lhes um outro

sistema de relacionamento... Modificam-se no passar do catolicismo oficial para o catolicismo popular, e novamente na passagem para o afro-brasileiro, ou vice-versa” (p. 37).

Rubem César conclui a reflexão afirmando que “a figura materna... uma divina Senhora no contexto católico, torna-se uma **medium** no paradigma afro-brasileiro” (p. 39).

Embora acredite, que devemos respeitar as concepções do sincretismo em nossa cultura, não podemos confundir e deixar-nos convencer de que este possa substituir os princípios de nossa fé.

SER MAIS DO QUE UM

Rubem César conclui que “não é fácil produzir uma imagem coerente da cultura brasileira. Nossos santos têm três faces e se comunicam, ao menos, em três distintas linguagens. A maioria dos fiéis demonstra grande habilidade em pensar de um código a outro, e pode se imaginar pertencendo aos três simultaneamente. Os protestantes, assim como outros movimentos religiosos que tentam romper com este multilingüismo, acabam sendo assimilados como mais uma alternativa no conjunto dos conjuntos brasileiros. A extrema mobilidade da maioria dos fiéis, sua capacidade para manipular simultaneamente uma variedade de crenças, combinações as

mais inesperadas, a incrível inventividade religiosa, são sinais desta síndrome brasileira” (p. 40).

É muito interessante, a partir das reflexões deste artigo, perceber o quanto é “poderosa” Nossa Senhora da Conceição Aparecida, de Sul a Norte do Brasil, principalmente, em se falando de nosso povo mais humilde e sofrido, que a identifica com a Mãe dos drogados, dos aidéticos, das mães solteiras e estupradas, dos filhos alcoólatras e porque não, também presos.

Trabalho numa Paróquia Centenária, dedicada ao Senhor Bom Jesus do Bonfim. A festa do Padroeiro nem de longe atrai para as celebrações tantos fiéis, como o dia 12 de outubro. Há 31 anos construíram um Monumento dedicado à Nossa Senhora Aparecida na praça ao lado da Matriz, que no dia 12 de outubro, desde então conclama numerosa multidão de

fiéis para a sua veneração. Neste ano celebrei Missa ao meio dia para mais de vinte mil fiéis, enquanto a festa do padroeiro, não atrai nem mesmo duas mil pessoas. É para minha modesta opinião, um fenômeno que não pode ser ignorado. Nosso povo deixa tudo para seguir a pequena e frágil imagem de Aparecida, tão usada nestes séculos pela história política e por tantos interesses colaterais da nação. Mesmo que não seja reconhecida como Rainha, talvez por isso mesmo, ela como senhora e Mãe é presente nos lares dos mais simples e pobres filhos do Brasil. Isso é uma riqueza incontestável.

Pe. Gilberto Kasper é mestrando em Teologia Moral pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção.